

INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA (com incidência no TJSP)

Atualizado em 02/06/2022

Tribunal	Tema	Situação	Código SAJ e Palavras Chave	Questão submetida a julgamento	Tese firmada	Observação
STJ	1	Acórdão de Mérito publicado RE Julgado - Tema 1162 do STF)	89959 - IAC STJ 1 - Prescrição - Intercorrente - Intimação - Credor - Prazo - Paralisação	1.1. Cabimento de prescrição intercorrente e eventual imprescindibilidade de intimação prévia do credor; 1.2. Necessidade de oportunidade para o autor dar andamento ao processo paralisado por prazo superior àquele previsto para a prescrição da pretensão veiculada na demanda.	1.1. Incide a prescrição intercorrente, nas causas regidas pelo CPC/73, quando o exequente permanece inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado, conforme interpretação extraída do art. 202, parágrafo único, do Código Civil de 2002. 1.2. O termo inicial do prazo prescricional, na vigência do CPC/1973, conta-se do fim do prazo judicial de suspensão do processo ou, inexistindo prazo fixado, do transcurso de 1 (um) ano (aplicação analógica do art. 40, § 2º, da Lei 6.830/1980). 1.3. O termo inicial do art. 1.056 do CPC/2015 tem incidência apenas nas hipóteses em que o processo se encontrava suspenso na data da entrada em vigor da novel lei processual, uma vez que não se pode extrair interpretação que viabilize o reinício ou a reabertura de prazo prescricional ocorridos na vigência do revogado CPC/1973 (aplicação irretroativa da norma processual). 1.4. O contraditório é princípio que deve ser respeitado em todas as manifestações do Poder Judiciário, que deve zelar pela sua observância, inclusive nas hipóteses de declaração de ofício da prescrição intercorrente, devendo o credor ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição.	Aplicar tese

Tribunal	Tema	Situação	Código SAJ e Palavras Chave	Questão submetida a julgamento	Tese firmada	Observação
STJ	2	Trânsito em julgado	89958 - IAC STJ 2 - Seguro - Prescrição - Geral	Prazo anual de prescrição em todas as pretensões que envolvam interesses de segurado e segurador em contrato de seguro.	É ânua o prazo prescricional para exercício de qualquer pretensão do segurado em face do segurador - e vice-versa - baseada em suposto inadimplemento de deveres (principais, secundários ou anexos) derivados do contrato de seguro, ex vi do disposto no artigo 206, § 1º, II, "b", do Código Civil de 2002 (artigo 178, § 6º, II, do Código Civil de 1916).	Aplicar tese
STJ	3	Trânsito em julgado	89957 - IAC STJ 3 - Execução - MS - Embargos - Infringentes	Adequação do manejo do mandado de segurança para atacar decisão judicial que extingue execução fiscal com base no art. 34 da Lei 6.830/80.	Não é cabível mandado de segurança contra decisão proferida em execução fiscal no contexto do art. 34 da Lei n. 6.830/80.	Aplicar tese
STJ	4	Trânsito em julgado	89956 - IAC STJ 4 - Soja - Transgênica - Patente - Invenção - Cultivares	Definir se é possível conferir proteção simultânea - pelos institutos da patente de invenção (Lei 9.279/96) e da proteção de cultivares (Lei 9.456/97) - a sementes de soja Roundup Ready, obtidas mediante a técnica da transgenia, e, como corolário, se é ou não facultado aos produtores rurais o direito de reservar o produto de seu cultivo para replantio e comercialização como alimento ou matéria prima, bem como o direito de pequenos agricultores de doar ou trocar sementes reservadas no contexto de programas oficiais específicos.	As limitações ao direito de propriedade intelectual constantes do art. 10 da Lei 9.456/97 aplicáveis tão somente aos titulares de Certificados de Proteção de Cultivares não são oponíveis aos detentores de patentes de produto e/ou processo relacionados à transgenia cuja tecnologia esteja presente no material reprodutivo de variedades vegetais.	Aplicar tese

Tribunal	Tema	Situação	Código SAJ e Palavras Chave	Questão submetida a julgamento	Tese firmada	Observação
STJ	5	Trânsito em julgado	89954 - IAC STJ 5 - Competência - Plano - Saúde - Contrato - Trabalho	Justiça competente para julgamento de demandas relativas a contrato de plano de saúde assegurado em contrato de trabalho, acordo ou convenção coletiva.	Compete à Justiça comum julgar as demandas relativas a plano de saúde de autogestão empresarial, exceto quando o benefício for regulado em contrato de trabalho, convenção ou acordo coletivo, hipótese em que a competência será da Justiça do Trabalho, ainda que figure como parte trabalhador aposentado ou dependente do trabalhador.	Aplicar tese
STJ	6	Trânsito em julgado	IAC STJ 6 - Competência - Estadual - Federal Delegada	Efeitos da Lei nº 13.876/2019 na modificação de competência para o processamento e julgamento dos processos que tramitam na Justiça Estadual no exercício da competência federal delegada.	Os efeitos da Lei nº 13.876/2019 na modificação de competência para o processamento e julgamento dos processos que tramitam na Justiça Estadual no exercício da competência federal delegada insculpido no art, 109, § 3º, da Constituição Federal, após as alterações promovidas pela Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019, aplicar-se-ão aos feitos ajuizados após 1º de janeiro de 2020. As ações, em fase de conhecimento ou de execução, ajuizadas anteriormente a essa data, continuarão a ser processadas e julgadas no juízo estadual, nos termos em que previsto pelo § 3º do art. 109 da Constituição Federal, pelo inciso III do art. 15 da Lei n. 5.010, de 30 de maio de 1965, em sua redação original	Aplicar tese

Tribunal	Tema	Situação	Código SAJ e Palavras Chave	Questão submetida a julgamento	Tese firmada	Observação
STJ	7	Admitido	89953 - IAC STJ 7 - Privatização - Vale do Rio Doce - Ilegalidade - Coisa julgada - "Extra petita"	Delimitação das principais teses controvertidas, com base no conjunto dos fundamentos contidos nos recursos especiais interpostos (art. 271-C do RISTJ): a.1) configuração de coisa julgada, em virtude do trânsito em julgado de ações populares e de ação civil pública relacionadas ao caso concreto; a.2) aplicação da teoria do fato consumado, ante a consolidação da situação fática da privatização; a.3) existência de ilegalidade e lesividade no âmbito da ação popular diante da aprovação pelo Tribunal de Contas da União do processo de desestatização da Companhia Vale do Rio Doce, bem como do reconhecimento de inexistência de dano ao patrimônio público em face da avaliação da participação acionária da União na empresa privatizada. a.4) julgamento extra petita proferido pelo Tribunal de origem em reexame necessário.	<i>Aguardando julgamento</i>	Suspender em primeiro e segundo graus
STJ	8	Admitido	89952 - IAC STJ 8 - Faixa - Domínio - Rodovia - Cobrança	reconhecimento da legalidade de cobrança promovida por concessionária de rodovia, em face de autarquia de prestação de serviços de saneamento básico, pelo uso da faixa de domínio da via pública concedida.	<i>Aguardando julgamento</i>	Sem suspensão

Tribunal	Tema	Situação	Código SAJ e Palavras Chave	Questão submetida a julgamento	Tese firmada	Observação
STJ	9	Admitido	89951 - IAC STJ 9 - CNH - Transporte Escolar - Toxicológico	Definir se constitui requisito obrigatório para a renovação da Carteira Nacional de Habilitação - CNH do motorista autônomo de transporte coletivo escolar, a realização do exame toxicológico de larga janela de detecção, previsto no art. 148-A, do Código de Trânsito Brasileiro, introduzido pela Lei n. 13.103/2015.	<i>Aguardando julgamento</i>	Sem suspensão
STJ	10	Trânsito em julgado	89949 - IAC STJ 10 - Competência - Coletivo - Individual - Fazenda	Definir se constitui requisito obrigatório para a renovação da Carteira Nacional de Habilitação - CNH do motorista autônomo de transporte coletivo escolar, a realização do exame toxicológico de larga janela de detecção, previsto no art. 148-A, do Código de Trânsito Brasileiro, introduzido pela Lei n. 13.103/2015.	Para acessar a tese firmada, clique aqui.	Aplicar tese
STJ	12	Admitido	89948 - IAC STJ 12 - Banco - Conta - Conjunta - Penhora - Execução - Individual	Possibilidade ou não de penhora integral de valores depositados em conta bancária conjunta, na hipótese de apenas um dos titulares ser sujeito passivo de processo executivo.	<i>Aguardando julgamento</i>	Sem suspensão
STJ	13	Acórdão de Mérito publicado	IAC STJ 13 - Ambiental - Publicação - Internet - Averbação	Existência, a luz do direito a informação ambiental e da transparência ambiental ativa de: i) Dever estatal de publicação, na internet, de relatórios periódicos de planos de manejo de áreas de proteção ambiental (APA); e ii) Possibilidade de averbação de áreas de proteção ambiental (APA) na matrícula de imóveis rurais	Acesse aqui a tese firmada e o inteiro teor do acórdão de mérito	Aplicar tese